

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL MÉDIO

300 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
TIPO: A

Frase: "**Aquele que nunca cometeu um erro, nunca tentou algo novo.**"
(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)

 SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **65 (sessenta e cinco)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.

 TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

 NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

 INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no rodapé de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 8.

Não é preciso procurar muito para encontrar algum conflito que coloca duas ou mais pessoas - ou grupos - em posições ideológicas opostas, especialmente quando o tema é política. Porém, há alguns anos, esse debate no Brasil e no mundo tem se tornado cada vez mais intenso e menos amigável. Com certeza, algum leitor que está aqui nessa matéria cortou contato com familiares ou deixou de tocar no assunto para não inflamar ainda mais o ambiente. Mas quando foi que a política começou a ficar tão dividida, a ponto de a que vivemos hoje ser considerada uma guerra ideológica?

Luiz Felipe Gonçalves de Carvalho, sociólogo, filósofo e escritor, acredita que é da natureza da política que ela seja mesmo dividida e acolha o dissenso. "Como diria o filósofo francês Jacques Rancière, caso contrário, não seria política, e sim política", argumenta. O problema, segundo ele, surge quando a polarização não consegue ser moderada como deveria e acaba fortalecendo os extremismos. "Isso acontece, em geral, em épocas de incertezas sociais extremas, como guerras, revoluções e crise de fome", exemplifica.

Revista Mente Afiada – Ano 2, Nº 17 – agosto de 2024 (adaptado)

Questão 01

Algumas palavras da língua portuguesa podem pertencer a diferentes classes gramaticais, dependendo do contexto em que são empregadas. É o que ocorre com a forma "a", que pode apresentar-se como artigo, pronome ou preposição. No texto em análise, temos o trecho "Mas quando foi que a política começou a ficar tão dividida, a ponto de a que vivemos hoje ser considerada uma guerra ideológica?" em que encontramos esta forma três vezes. Sabendo disso, assinale a alternativa que identifica a classe gramatical das três ocorrências do "a" grifadas no trecho fornecido, respectivamente.

- (A) Preposição, preposição, pronome.
- (B) Pronome, preposição, pronome.
- (C) Preposição, pronome, pronome.
- (D) Pronome, preposição, preposição.
- (E) Preposição, preposição, preposição.

Questão 02

No trecho "Com certeza, algum leitor que está aqui nessa matéria cortou contato com familiares ou deixou de tocar no assunto para não inflamar ainda mais o ambiente.", as preposições em destaque imprimem às relações que estabelecem, respectivamente, os sentidos de

- (A) matéria e capacidade.
- (B) objetivo e propósito.
- (C) companhia e duração.
- (D) comparação e utilidade.
- (E) companhia e intenção.

Questão 03

No trecho "Com certeza, algum leitor que está aqui nessa matéria cortou contato com familiares ou deixou de tocar no assunto para não inflamar ainda mais o ambiente. Mas quando foi que a política começou a ficar tão dividida, a ponto de a que vivemos hoje ser considerada uma guerra ideológica?", a única opção que contém uma palavra empregada em sentido figurado é

- (A) ambiente.
- (B) dividida.
- (C) política.
- (D) inflamar.
- (E) ideológica.

Questão 04

No início do segundo parágrafo do texto, encontramos a expressão "o dissenso". A partir do contexto em que a palavra é empregada, podemos afirmar que ela poderia ser substituída, sem prejuízo ao sentido do texto, pela expressão:

- (A) a inimizade.
- (B) o desamparo.
- (C) a diversidade.
- (D) o desserviço.
- (E) o conflito.

Questão 05

Assinale a única alternativa em que o uso da conjunção dá à relação o mesmo sentido que dela se compreende na leitura do texto.

"Quando o assunto é política, não é preciso procurar muito para encontrar duas ou mais pessoas ou grupos em posições ideológicas opostas,

- (A) contanto que a política acolha o dissenso.
- (B) porque o dissenso é da natureza da política.
- (C) embora ela acolha o dissenso.
- (D) portanto a política acolhe o dissenso.
- (E) apesar de a política acolher o dissenso.

Questão 06

Assinale a única alternativa em que, no trecho retirado do texto, o uso da vírgula é facultativo.

- (A) "Com certeza, algum leitor que está aqui nessa matéria cortou contato com familiares ou deixou de tocar no assunto para não inflamar ainda mais o ambiente."
- (B) "O problema, segundo ele, surge quando a polarização não consegue ser moderada como deveria e acaba fortalecendo os extremismos."
- (C) "Luiz Felipe Gonçalves de Carvalho, sociólogo, filósofo e escritor, acredita que é da natureza da política que ela seja mesmo dividida e acolha o dissenso."
- (D) "como diria o filósofo francês Jacques Rancière, caso contrário, não seria política, e sim política"
- (E) "Não é preciso procurar muito para encontrar algum conflito que coloca duas ou mais pessoas, ou grupos, em posições ideológicas opostas(...)"

Questão 07

No trecho "Não é preciso procurar **muito** para encontrar **algum** conflito que coloca duas ou mais pessoas, ou grupos, em posições ideológicas **opostas**, especialmente quando o tema é política.", as classes gramaticais a que pertencem as palavras grifadas são, respectivamente,

- (A) adjetivo, substantivo e adjetivo.
- (B) advérbio, adjetivo e advérbio.
- (C) advérbio, pronome indefinido e adjetivo.
- (D) pronome relativo, pronome pessoal e adjetivo.
- (E) adjetivo, pronome possessivo e advérbio.

Questão 08

O texto fala sobre os debates sobre política. A este respeito, levando-se em conta o que o texto diz, podemos afirmar que:

- (A) A moderação dos conflitos políticos tem causado extremismos por conta das incertezas sociais extremas que vivemos hoje em dia no Brasil.
- (B) A intensificação dos debates sobre política tem sido o principal fator para o afastamento entre membros de uma mesma família.
- (C) Os pontos de vista divergentes sobre a política são um problema a ser banido, para o bem das democracias.
- (D) O conflito entre ideias divergentes, marcadamente na política, passa a ser um problema quando ocorre a polarização.
- (E) A polarização e os extremismos políticos são mais graves no Brasil do que no resto do mundo porque aqui há mais incertezas sociais.

Questão 09

Assinale a única alternativa em que o uso da forma verbal destacada no plural está adequado ao que preceituam as regras de concordância verbal.

- (A) Entre aqueles que amamos **hãõ** muitas pessoas em posições ideológicas opostas.
- (B) As propostas a que **se apegam** um candidato, parecem ser análogas às do outro.
- (C) Se lhes **convêm** preferir aqueles políticos e não estes, teremos que aceitar.
- (D) A qualquer pessoa **podem ocorrer**, neste tempo de polarização, argumentos a favor de um lado ou de outro.
- (E) Aos nossos parentes não **se costumam** associar, em geral, a maldade.

Questão 10

Assinale a única alternativa em que a colocação pronominal atende à norma culta da língua portuguesa.

- (A) Quando chamaram-me era muito tarde.
- (B) Nunca esquecerei-me de sua ajuda.
- (C) Tudo aquilo incomodava-lhe muito.
- (D) Lhe chamou a atenção a briga entre os candidatos.
- (E) Esperamos que nos venha visitar.

Questão 11

De acordo com o site Toda Matéria, a acentuação gráfica consiste na colocação de acento ortográfico para indicar a pronúncia de uma vogal ou marcar a sílaba tônica de uma palavra. Sobre a acentuação, há uma regra que diz que "as letras i ou u, quando tônicas, recebem acento quando são a segunda vogal de um hiato".

Disponível em: www.todamateria.com.br.

Sabendo disso, assinale a única das palavras a seguir cuja acentuação gráfica está correta e se explica com base na regra de acentuação mencionada neste enunciado.

- (A) Preciso tomar cafeína para ter mais energia ao longo do dia.
- (B) O agressor está proibido de se aproximar da vítima.
- (C) As eleições para prefeitos no Brasil são um assunto seríssimo.
- (D) A Vila Madalena é um dos bairros mais boêmios da cidade de São Paulo.
- (E) A feiúra era uma das principais características do personagem Macunaíma.

Questão 12

Assinale a seguir a única das opções em que encontramos um uso da voz passiva.

- (A) "Isso acontece, em geral, em épocas de incertezas sociais extremas"
- (B) "algum leitor que está aqui nessa matéria cortou contato com familiares"
- (C) "é da natureza da política que ela acolha o dissenso"
- (D) "Mas quando foi que a política começou a ficar tão dividida"
- (E) "esse debate no Brasil e no mundo tem se tornado cada vez mais intenso "

Questão 13

Uma das principais dificuldades da ortografia da língua portuguesa reside na grafia correta do fonema /s/, que pode ser representado por "c", "ç", "ss", "sc", "sç", "x" ou mesmo "xc". Sabendo disso, assinale a seguir a única das alternativas em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- (A) Os médicos tentaram ressucitar o paciente várias vezes.
- (B) Precisei usar um maçarico para quebrar o cadeado.
- (C) Tenho plantada em meu quintal uma hortênciã.
- (D) Acredito que minha esposa tem cuidado essencial com nossos filhos.
- (E) Acho fascinante ver o pôr-do-sol na praia.

Questão 14

A relação de paronímia se estabelece entre palavras que possuem significados diferentes, mas são muito parecidas na pronúncia e na escrita. Sabendo disso, identifique a única alternativa em que a palavra utilizada é a adequada ao sentido da alternativa.

- (A) O brinquedo favorito de meu filho era um **peão**.
- (B) O motorista foi multado porque **infligiu** várias regras de trânsito.
- (C) As nossas opiniões podem, e devem, **deferir**. Mesmo assim precisamos nos respeitar.
- (D) Vários **discentes** foram até a direção reclamar da aula ministrada pelo professor, que consideraram muito elementar para o seu nível.
- (E) Às 18 horas os sinos da igreja começam a **suar**.

Questão 15

O uso da crase é um assunto que costuma causar dúvidas. Há casos em que o acento indicativo de crase é obrigatório, outros em que ele é facultativo e outros em que ele não pode aparecer. Para sua correta compreensão, é necessário que entendamos tanto a regência nominal quanto a verbal. Sabendo disso, assinale a seguir a única alternativa em que o uso da crase é facultativo.

- (A) Maria agora é a chefe do setor, mas não está dando muitas oportunidades às suas colegas de trabalho.
- (B) O debate entre os candidatos a prefeito começará às 19 horas.
- (C) Ele precisou se afastar do trabalho devido à sua doença.
- (D) Minha esposa permaneceu horas à espera de um médico.
- (E) Comprei meu automóvel à prazo.

Legislação do SUS

Questão 16

Com base na Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, marque a opção correta a respeito do direito de acesso aos bens e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- (A) O acesso à saúde deve ser garantido de forma preferencial aos grupos de risco e em função da gravidade do quadro clínico, sendo que casos considerados leves podem ser reencaminhados para a Atenção Básica, com prazos mais flexíveis de atendimento.
- (B) O usuário da saúde tem o direito de recusar o tratamento proposto, sendo essa recusa registrada em prontuário e encaminhada para avaliação da equipe médica, que tomará a decisão final sobre a continuidade do atendimento.
- (C) Toda pessoa tem direito ao atendimento, desde que esteja portando a documentação exigida e tenha realizado agendamento prévio, conforme a ordem de chegada e demanda espontânea, independente da urgência do caso.
- (D) O acesso à Atenção Básica deve ser prioritário e preferencialmente utilizado, sendo o encaminhamento a serviços de alta complexidade reservado para casos excepcionais, quando há confirmação de necessidade por avaliação médica.
- (E) O atendimento deve ser realizado de forma ágil, mediante estratégias que previnam o agravamento do estado de saúde, com tecnologia apropriada e por equipe multiprofissional capacitada, sempre garantindo as condições adequadas de tratamento.

Questão 17

Considerando as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e reorganiza a Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, assinale a opção correta, de acordo com as evidências mais recentes da literatura científica brasileira.

- (A) A Portaria nº 2.436/2017 estabelece que os municípios devem manter uma proporção de, no mínimo, 1 equipe de Saúde da Família (eSF) para cada 1.000 habitantes, com base nos indicadores de vulnerabilidade social locais.
- (B) A portaria redefine o conceito de Atenção Primária à Saúde (APS) como sendo um nível exclusivo de atenção à saúde para baixa complexidade, com foco majoritário em atendimento curativo de condições agudas.
- (C) A Portaria nº 2.436/2017 estabelece que as equipes de Saúde da Família (eSF) devem ser compostas exclusivamente por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde.
- (D) Uma das principais inovações trazidas pela Portaria é a introdução de mecanismos de cofinanciamento federal, estadual e municipal, em que os incentivos financeiros às equipes estão vinculados ao desempenho em metas de saúde.
- (E) O documento determina que a adesão de municípios ao modelo de equipes de Saúde Bucal é obrigatória, com metas fixas de cobertura populacional que devem ser atingidas até 2020, sob pena de perda do financiamento federal para a atenção básica.

Questão 18

A Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde, estabelece diretrizes para a organização e oferta de serviços especializados. Nesse sentido, assinale a alternativa correta, levando em consideração as disposições do Art. 1º da PNAES.

- (A) A Atenção Especializada está circunscrita aos serviços hospitalares de alta complexidade e não abrange ações de reabilitação ou atenção domiciliar, uma vez que estas pertencem à Atenção Primária.
- (B) A regionalização dos serviços de Atenção Especializada visa à redução dos custos operacionais e não tem relação com a equidade no acesso e a continuidade do cuidado.
- (C) O modelo de financiamento da Atenção Especializada em saúde continuará a ser baseado no pagamento por procedimento, mantendo-se distante de modelos baseados em metas qualitativas.
- (D) A Política Nacional de Atenção Especializada inclui o fortalecimento da Atenção Primária como estratégia fundamental para ordenar o acesso e coordenar o cuidado junto à Atenção Especializada.
- (E) A Atenção Especializada em saúde é voltada para grupos vulneráveis, como crianças e idosos, indiscriminadamente, atendendo ao princípio da equidade.

Questão 19

Com base nos princípios organizativos e na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), avalie os conceitos estruturantes que guiam o modelo assistencial e organizativo e marque a opção correta entre as afirmativas a seguir.

- (A) O princípio da universalidade preconiza que o acesso à saúde no SUS deve ser restrito aos cidadãos brasileiros que contribuíram para o sistema de seguridade social.
- (B) A integralidade das ações no SUS estabelece que a atenção à saúde deve ser prestada de forma contínua e hierarquizada, abrangendo ações preventivas, curativas e reabilitadoras.
- (C) A regionalização e hierarquização dos serviços no SUS promovem uma concentração dos serviços de saúde especializados em centros urbanos.
- (D) O controle social no SUS é limitado aos conselhos municipais de saúde, sendo que nas esferas estadual e federal, a participação popular é prevista como consulta.
- (E) A descentralização no SUS implica que as decisões administrativas e o planejamento das ações de saúde são centralizados na esfera federal, cabendo à União a alocação de recursos e definição de prioridades de saúde.

Questão 20

Com base nos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, especificamente no Título VIII, que trata da Ordem Social, marque a opção correta a respeito das obrigações do Estado e das funções públicas relacionadas ao direito à saúde.

- (A) O artigo 196 impõe que a saúde é um direito de todos e um dever compartilhado entre o Estado e a sociedade civil, ficando a cargo das entidades não-governamentais a responsabilidade por criar políticas de saúde pública, cabendo ao Estado apenas apoiar as medidas privadas.
- (B) O artigo 196 da Constituição Federal de 1988 determina que a saúde é um dever do Estado, sendo garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças, enquanto os serviços privados de saúde atuam de forma independente.
- (C) De acordo com o artigo 197, a saúde é considerada uma responsabilidade solidária entre o Estado e as entidades privadas, e cabe ao Estado apenas atuar em casos de epidemias ou emergências de saúde pública.
- (D) O artigo 197 da Constituição determina que as ações e serviços de saúde são de livre iniciativa privada, sem necessidade de fiscalização ou controle do Estado, desde que sejam ofertados sob condições de mercado e sigam os princípios da liberdade econômica.
- (E) O artigo 196 da Constituição estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida mediante políticas públicas que garantam a redução de riscos e acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Questão 21

Conforme as disposições do Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, analise as mudanças e inovações trazidas por essa normativa e marque a opção correta sobre essas modificações no contexto de organização da saúde no Brasil.

- (A) O Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), conforme definido no Decreto nº 7.508/2011, estabelece as responsabilidades das esferas de governo na prestação de serviços de saúde, incluindo metas de saúde, com participação direta da população na definição das ações.
- (B) O decreto estabelece que a Região de Saúde deve ser composta por municípios contíguos, sendo obrigatória a existência de serviços de saúde de alta complexidade em todas as regiões, para garantir o acesso integral aos usuários.
- (C) O decreto cria o Cartão Nacional de Saúde como meio de identificação individual dos usuários do SUS, com o objetivo de facilitar a integração das informações de saúde, promovendo uma gestão mais eficiente e permitindo a criação de um banco de dados de prontuários eletrônicos.
- (D) O Decreto nº 7.508/2011 institui o Mapa da Saúde como um instrumento exclusivo de planejamento das ações de vigilância epidemiológica, desacatando as necessidades regionais de atenção à saúde e os recursos disponíveis para assistência ambulatorial e hospitalar.
- (E) As Comissões Intergestores Regionais (CIR) são instâncias criadas pelo Decreto nº 7.508/2011 para promover a cooperação entre os gestores municipais e estaduais de saúde, sendo responsáveis por pactuar a organização de ações e serviços de saúde de forma horizontal.

Questão 22

Tendo em vista o processo histórico de evolução da organização do Sistema de Saúde no Brasil, considerando as transformações que ocorreram no âmbito social, político e econômico ao longo das décadas, identifique a alternativa que descreve corretamente os marcos e diretrizes fundamentais que moldaram a atual estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS).

- (A) A criação do Ministério da Saúde em 1930, durante o governo Vargas, foi o marco da concepção de um sistema de saúde unificado no Brasil, com a criação de um plano nacional de saúde pública que regulamentava de forma homogênea o atendimento de saúde.
- (B) A Constituição Federal de 1988 foi responsável pela institucionalização do direito à saúde como um dever do Estado, com a participação de entidades privadas autorizadas apenas de forma complementar ao sistema público.
- (C) A criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966 foi o marco inicial da organização de um sistema de saúde universal no Brasil, garantindo acesso irrestrito à saúde para toda a população.
- (D) A Conferência Nacional de Saúde de 1986 foi um marco importante para a formulação das diretrizes do SUS, estabelecendo princípios como universalidade, equidade e integralidade, e defendendo a incorporação dos serviços privados ao controle do Estado.
- (E) A Reforma Sanitária, impulsionada nas décadas de 1970 e 1980, teve como um de seus objetivos principais garantir a descentralização do poder estatal, favorecendo a criação de redes privadas de saúde, que passaram a ser subsidiadas diretamente pelo Estado.

Questão 23

Tendo em vista as diretrizes constitucionais e a legislação brasileira vigente, identifique o campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) que se pauta na universalidade de acesso e na integralidade das ações de saúde, e marque a opção correta.

- (A) A assistência farmacêutica não é um campo de atuação do SUS, sendo responsabilidade de cada município regulamentar e oferecer medicamentos essenciais à população.
- (B) O SUS atua exclusivamente na prevenção de doenças e promoção da saúde, sendo as ações de reabilitação e a assistência farmacêutica responsabilidades de entidades privadas contratadas.
- (C) A vigilância sanitária, epidemiológica e a fiscalização de produtos de interesse à saúde são campos de atuação exclusivos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ficando o SUS com atendimento ambulatorial e hospitalar.
- (D) A promoção, proteção e recuperação da saúde são campos de atuação do SUS, que inclui ações preventivas, curativas, reabilitadoras e de vigilância em saúde, abrangendo todos os níveis de atenção.
- (E) A saúde do trabalhador é um campo de atuação do SUS, porém, a responsabilidade pela normatização de ações preventivas no ambiente laboral é exclusivamente do Ministério do Trabalho.

Questão 24

Assinale a alternativa correta a respeito das diretrizes estabelecidas pelo Artigo 7 da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), considerando os princípios fundamentais e as recentes atualizações.

- (A) De acordo com o Artigo 7, a PNAB reforça a necessidade de flexibilizar as responsabilidades das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), permitindo que o atendimento domiciliar seja opcional e as ações de vigilância epidemiológica sejam gerenciadas pelos hospitais.
- (B) O Artigo estabelece que as equipes de Atenção Básica devem ser formadas exclusivamente por médicos e enfermeiros, priorizando o atendimento individual, com exclusão de outros profissionais da saúde, como fisioterapeutas e nutricionistas, para manter a autonomia do gestor municipal.
- (C) O Artigo 7 determina que a atuação das equipes de Atenção Básica deve ser multidisciplinar, assegurando a integralidade da atenção, organização do trabalho em equipe e a responsabilização pelo cuidado em saúde do território, com ênfase na longitudinalidade.
- (D) Segundo o Artigo, a Atenção Básica no Brasil deve priorizar a promoção da saúde por meio de um atendimento reativo, direcionado principalmente para demandas espontâneas, estabelecendo o vínculo com o território somente em situações de emergência.
- (E) O Artigo 7 propõe que a atenção à saúde seja pautada em metas quantitativas estabelecidas exclusivamente pelo gestor municipal, sem a necessidade de seguir as diretrizes federais da Atenção Básica, visando maior autonomia para a gestão local.

Questão 25

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da ordem social no artigo 195, estabelece os princípios que regem o sistema de seguridade social no Brasil. Considerando as diretrizes estabelecidas por esse artigo, marque a opção correta.

- (A) O financiamento da seguridade social, conforme o artigo 195 da Constituição, será de responsabilidade do setor empresarial, com contribuição obrigatória baseada na folha de salários e no faturamento das empresas.
- (B) De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social é financiada pelas contribuições dos trabalhadores com vínculo formal de emprego, sendo que profissionais autônomos e empresas de pequeno porte estão isentos dessa responsabilidade.
- (C) A seguridade social será financiada exclusivamente pela União, através de tributos que incidem diretamente sobre a renda e o patrimônio das pessoas jurídicas e físicas, de forma a garantir sua sustentabilidade.
- (D) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como das contribuições sociais previstas na legislação.
- (E) As contribuições sociais para o financiamento da seguridade social não incidem sobre importações de bens e serviços, sendo essas receitas provenientes do mercado interno, como forma de fortalecer a economia nacional.

Estatuto da PB Saúde

Questão 26

O Estatuto da PB Saúde, firmado pelo Decreto Estadual nº 40.096 de 28 de fevereiro de 2020, consigna que o Conselho de Administração é órgão de deliberação superior, controle e fiscalização da PB Saúde, constituído por 8 (oito) membros e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. Sobre tal composição, marque o item correto.

- (A) Findo o prazo de gestão, o membro do Conselho de Administração se desligará automaticamente do exercício do cargo, mesmo que ainda não tenha havido a investidura de seu substituto.
- (B) A perda do cargo elide a responsabilidade civil e penal a que estejam sujeitos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em virtude do descumprimento de suas obrigações funcionais.
- (C) Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho de Administração, de que trata o art. 15, §1º, inciso II, do Estatuto, o Conselheiro que, sem causa formalmente justificada, não comparecer a duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas, no intervalo de um ano, salvo casos de força maior ou casos fortuitos justificáveis.
- (D) Em caso de vacância, falta ou impossibilidade temporária de seu Presidente, o Conselho de Administração será presidido pelo seu respectivo suplente, na figura de um dos Secretários Executivos da Secretaria de Estado de Saúde da Paraíba, caso não já tenha sido definido no ato de nomeação do Conselho de Administração.
- (E) A investidura dos membros do Conselho de Administração da PB Saúde, dar-se-á mediante assinatura de contrato de trabalho, depois de nomeados por Ato Governamental.

Questão 27

Nas lições do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba, firmado pelo Decreto Estadual nº 44.504 de 05 de dezembro de 2023, a integridade, o profissionalismo, a transparência, a legalidade, a civilidade, a imparcialidade e o foco no cidadão integram, corretamente

- (A) os deveres a serem observados pelo servidor e empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (B) as condutas éticas a serem observadas pelo servidor e empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (C) os princípios fundamentais a serem observados pelos servidores e empregados públicos cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba, com o intuito de valorizar a ética e como forma de aprimorar seus comportamentos.
- (D) os valores inerentes à condição de servidor e empregado público civil do Poder Executivo do Estado da Paraíba.
- (E) as finalidades do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Empregados Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado da Paraíba, sem prejuízo da aplicação de outras normas constitucionais e legais.

Questão 28

O Estatuto da PB Saúde, firmado pelo Decreto Estadual nº 40.096, de 28 de fevereiro de 2020, nos ensina que a PB Saúde terá por finalidade executar ações e prestar serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado da Paraíba. Ainda, conduz que ela atuará visando assegurar a defesa do interesse da população paraibana na garantia de seu direito à saúde, bem como a prestação de serviços de forma a garantir a dignidade humana, a efetividade da atenção à saúde e a eficiência no uso dos recursos públicos. Para a realização de sua finalidade, compete à PB Saúde, dentre outros:

- (A) Apoiar, recrutar ou capacitar o pessoal de saúde dos órgãos e entidades públicas que integrem e participem do SUS.
- (B) Prestar serviços conveniados de atenção integral à saúde, em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica, diagnóstica e de reabilitação.
- (C) Cooperar apenas com órgãos e entidades públicas na execução de ações e serviços públicos de saúde, em acordo aos critérios da regionalização e das referências assistenciais.
- (D) Prestar serviços nas áreas de engenharia clínica, reforma e manutenção predial, ampliação e construção de unidades de saúde, apoio diagnóstico e terapêutico, telemedicina, aprimoramento da gestão do SUS, assistência farmacêutica, serviços de logística vinculados a serviços de saúde, medicina legal e verificação de óbitos, dentre outros na área da saúde.
- (E) Atuar em parceria com agências e instituições municipais e estaduais, que fomentem o desenvolvimento do SUS paraibano, por meio do desenvolvimento e execução de projetos, cujos créditos contraídos pelo Estado da Paraíba venham a ser executados pela PB Saúde, em atenção às normas estipuladas nos termos aditivos ao contrato de gestão celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a PB Saúde.

Questão 29

Tomando por base o que regula e prevê o Decreto Estadual nº 40.096, de 28 de fevereiro de 2020, Estatuto da PB Saúde, sobre os dirigentes e conselheiros dos órgãos superiores (arts. 38 a 45), está correto o que se afirma apenas em:

- (A) Os membros do Conselho de Administração, da Direção Superior e do Conselho Fiscal da PB Saúde ficam impedidos, pelo período de três meses, contados do término de sua gestão, de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da administração pública estadual com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado no regimento interno da PB Saúde.
- (B) Os membros do Conselho de Administração, da Direção Superior e do Conselho Fiscal da PB Saúde ficam impedidos, pelo período igual ao de sua permanência no cargo, contados do término de sua gestão, de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da administração pública estadual com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado no regimento interno da PB Saúde.
- (C) Os membros do Conselho de Administração, da Direção Superior e do Conselho Fiscal da PB Saúde ficam impedidos, pelo dobro do período que exerceram o cargo, contados do término de sua gestão, de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da administração pública estadual com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado no regimento interno da PB Saúde.
- (D) Os membros do Conselho de Administração, da Direção Superior e do Conselho Fiscal da PB Saúde ficam impedidos, pelo período de doze meses, contados do término de sua gestão, de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da administração pública estadual com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado no regimento interno da PB Saúde.
- (E) Os membros do Conselho de Administração, da Direção Superior e do Conselho Fiscal da PB Saúde ficam impedidos, pelo período de seis meses, contados do término de sua gestão, de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da administração pública estadual com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado no regimento interno da PB Saúde.

Questão 30

Reguladas pelo Código de ética e conduta dos servidores e empregados públicos civis do poder executivo do Estado da Paraíba - Decreto Estadual nº 44.504 de 05 de dezembro de 2023, as atitudes do servidor e empregado público civil do Poder Público do Estado da Paraíba devem ser direcionadas para a busca da eficácia e para a preservação da imagem da Administração Pública Estadual, sem perder de vista que o interesse público se situa acima do interesse individual ou particular. Assim, os gestores devem executar medidas preventivas de enfrentamento às condutas que possam configurar violação ao Código, de acordo com os limites de sua atribuição funcional e segundo as diretrizes institucionais, conforme o que corretamente se apresenta apenas em:

- (A) Os processos decorrentes de violação ao presente Código classificam-se como sigilosos, pautando-se pelas determinações gerais da Lei Complementar nº 58/2003, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba.
- (B) Os gestores devem promover mecanismos e procedimentos internos e externos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades para a aplicação efetiva do Código.
- (C) O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código não precisará observar o contraditório e ampla defesa, por se tratar de dispositivo meramente administrativo, mesmo quando conduzido pela Comissão de Ética.
- (D) É recomendável a realização da análise de antecedentes pessoais e profissionais no momento de investidura nos cargos, logo após o término de período probatório e na ocasião em que assumem cargos de direção.
- (E) A aplicação das sanções previstas neste artigo não implica prejuízo das penalidades previstas na Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba, bem como no regime jurídico específico aplicável ao cargo, função ou emprego público, nem das responsabilidades penais e civis estabelecidas em lei.

Conhecimentos Específicos

Questão 31

Sabe-se que toda lei de diretrizes orçamentárias contém o Anexo de Riscos Fiscais, no qual são corretamente avaliados

- (A) os passivos e ativos contingentes e outros riscos capazes de melhorar as contas públicas.
- (B) os riscos contingentes e capazes de equilibrar as contas públicas.
- (C) os passivos contingentes e os riscos emergentes da melhoria das contas públicas.
- (D) os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- (E) os ativos contingentes e quaisquer riscos capazes de desequilibrar as contas públicas.

Questão 32

Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, que assegura o direito fundamental de acesso à informação, marque a alternativa correta.

- (A) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- (B) Fundamentada ou não, a negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades públicas sujeitará o responsável a medidas disciplinares.
- (C) À Administração Pública é vedado o fornecimento de informação pessoal em formato digital.
- (D) O responsável pela guarda de informações de interesse público deve impor exigências acerca dos motivos determinantes da solicitação do interessado.
- (E) O responsável pela guarda de qualquer informação extraviada deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação.

Questão 33

No âmbito de todo processo administrativo, há uma sequência de atividades da Administração, interligadas entre si, que objetivam alcançar determinado resultado final respaldado na lei. Sob essa perspectiva, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo administrativo inicia-se a pedido do interessado ou de terceiros, sendo proibida a instauração de ofício pela Administração.
- (B) Não é dever do administrado proceder de boa-fé ou de má-fé nos processos administrativos, mas sim de atuar conforme a moral, a probidade e o decoro.
- (C) O processo administrativo normalmente é constituído de fases, sendo que em cada uma destas pode haver a verificação da legalidade dos atos praticados pela Administração.
- (D) Mesmo quando a lei exige, a abertura do processo administrativo está condicionada ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- (E) Nos processos administrativos, é vedada a adoção de formas simples, ainda que suficientes para propiciar o respeito aos direitos dos administrados.

Questão 34

Os manuais compilam as normas, os procedimentos, as funções, as atividades, os objetivos, as políticas, as orientações e as instruções que devem ser cumpridos pelos integrantes de uma estrutura organizacional. O manual que caracteriza os aspectos formais das relações entre os diferentes departamentos é o

- (A) manual de normas e procedimentos.
- (B) manual de normas técnicas.
- (C) manual de políticas e diretrizes.
- (D) manual de organização.
- (E) manual de instruções especializadas.

Questão 35

Considere que a Lei Municipal X desrespeita o princípio do devido processo legal e a Lei Municipal Y viola o direito de propriedade. Com base na interpretação das normas constitucionais, é correto afirmar que

- (A) a Lei Municipal X e a Lei Municipal Y são ilegais, mas não são inconstitucionais.
- (B) como as normas definidoras dos direitos fundamentais não têm aplicação imediata, a Lei Municipal Y não pode ser considerada inconstitucional até que haja lei federal regulamentando o direito de propriedade.
- (C) a Lei Municipal X e a Lei Municipal Y são parcialmente constitucionais por conta do princípio da unidade da Constituição.
- (D) como as normas definidoras de garantias fundamentais não têm aplicação imediata, a Lei Municipal X não pode ser considerada inconstitucional até que haja lei federal regulamentando o princípio do devido processo legal.
- (E) a Lei Municipal X e a Lei Municipal Y são inconstitucionais e ofendem o princípio da supremacia constitucional.

Questão 36

A Lei nº 4.320/1964, ao instituir Normas Gerais de Direito Financeiro, prevê que as amortizações da Dívida Pública são consideradas

- (A) despesas de custeio.
- (B) receitas correntes.
- (C) induções financeiras.
- (D) transferências de capital.
- (E) inversões financeiras.

Questão 37

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, é dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que

- (A) compatível com as finalidades do órgão e envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- (B) inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível, sendo desnecessária prévia autorização do Ministério Público ou Tribunal de Contas.
- (C) inerente às finalidades do órgão e precedida de autorização do Ministério Público ou Tribunal de Contas.
- (D) compatível com as finalidades do órgão, exceto se envolver valores superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- (E) inerente às finalidades do órgão e envolva valores inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Questão 38

Dentre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, estão a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos e a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio. Esta última sanção pode ocorrer na hipótese de

- (A) ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública.
- (B) ato de improbidade administrativa que aplicou indevido benefício financeiro.
- (C) ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios gerais de direito.
- (D) ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito.
- (E) ato de improbidade administrativa que concedeu indevido benefício tributário.

Questão 39

Dentre as diversas fases pelas quais passou a evolução da teoria geral da administração, houve época em que se deu ênfase ao ambiente de trabalho, focando-se na perspectiva das organizações frente às demandas que ocorrem em seu contexto interno e externo. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Não deve existir uma atmosfera de cooperação entre a gestão e os trabalhadores no ambiente de trabalho, pois a hierarquia rígida é aconselhável para promover a necessária disputa entre o capital e a exploração do trabalho.
- (B) No ambiente de trabalho, os empregados devem ser adestrados para executar o serviço ou tarefa de modo rápido, ininterrupto, automático e em silêncio.
- (C) Como o objetivo de uma boa administração é ter baixos custos unitários de produção, os gastos com melhorias do ambiente de trabalho devem ser irrisórios.
- (D) Melhoria do ambiente físico de trabalho, diminuição de ruídos, melhor ventilação e iluminação são exemplos de boas práticas na organização do ambiente de trabalho, gerando, por consequência, ganhos de produtividade.
- (E) O bom ambiente de trabalho é aquele diretamente decorrente da recompensa monetária dada ao indivíduo por seu trabalho, ainda que higiene e segurança fiquem em segundo plano.

Questão 40

Rejane, servidora pública municipal, foi responsável pela celebração de contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, causando prejuízo ao erário. Caso venha a ser condenada pela prática de improbidade administrativa, Rejane poderá ter seus direitos políticos suspensos por até

- (A) 12 (doze) anos.
- (B) 24 (vinte e quatro) anos.
- (C) 35 (trinta e cinco) anos.
- (D) 30 (trinta) anos.
- (E) 20 (vinte) anos.

Questão 41

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/21), nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas

- (A) antes da abertura das propostas, exceto se a licitação for na modalidade concorrência.
- (B) depois da homologação da licitação.
- (C) antes da divulgação do edital de licitação.
- (D) até 30 (trinta) dias antes dos lances.
- (E) depois da divulgação do edital de licitação.

Questão 42

Nas finanças públicas, o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação, ou entidade a ele vinculada, é definido como

- (A) cláusula de amortização.
- (B) refinanciamento da dívida.
- (C) concessão de garantia.
- (D) operação de crédito.
- (E) refinanciamento do crédito.

Questão 43

Caso a licitação pública seja realizada na modalidade pregão, pode-se afirmar que o agente responsável pela condução do certame será designado

- (A) pregoeiro.
- (B) agente de tarefa.
- (C) funcionário de fato.
- (D) contratante.
- (E) notário.

Questão 44

De acordo com Paulo Bonavides (2004, p. 89), esse tipo de constituição "*exprime um compromisso instável de duas forças políticas rivais: a realeza absoluta debilitada, de uma parte, e a nobreza e a burguesia, em franco progresso, doutra. Surge então como termo dessa relação de equilíbrio e forma institucional da monarquia limitada*". O trecho em destaque faz referência à

- (A) constituição pactuada.
- (B) constituição democrática.
- (C) constituição dirigente.
- (D) constituição programática.
- (E) constituição cesarista.

Questão 45

Há quem defenda que diferentes concepções filosóficas e epistemológicas embasam diferentes paradigmas metodológicos. Sob uma perspectiva ampla dos métodos de pesquisa, pode-se afirmar que existem duas grandes abordagens:

- (A) a quantitativa e a educativa.
- (B) a quantitativa e a qualitativa.
- (C) a ativa e a passiva.
- (D) a educativa e a qualitativa.
- (E) a educativa e a não-educativa.

Questão 46

Acerca das características do poder constituinte originário e derivado, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder constituinte originário e o poder constituinte derivado são ilimitados e incondicionados.
- (B) Assim como o poder constituinte originário, o poder constituinte derivado é ilimitado, porém este sendo condicionado por aquele.
- (C) O poder constituinte derivado encontra fundamento na Constituição, dela extraindo, sem qualquer tipo de subordinação, a sua existência e a sua validade.
- (D) O poder constituinte derivado reformador é o que confere à União, aos Estados e aos Municípios a possibilidade de reformarem a Constituição.
- (E) O poder constituinte originário é permanente, pois ele não se esgota após a promulgação da Constituição.

Questão 47

Acerca da estruturação e da formatação de um documento no padrão ofício, nos termos do "Manual de Redação da Presidência da República" (2018), assinale a alternativa correta.

- (A) O texto do documento oficial deve ser estruturado na forma dissertativa com introdução, desenvolvimento e conclusão. Este formato deve ser observado quando a finalidade é comunicar algo e quando se pretende encaminhar documentos.
- (B) O tamanho do papel, na cor branca, é o A4, com textos impressos na cor preta, ressalvados os gráficos e as ilustrações, que podem ser coloridos. Devem ser respeitadas as margens de 3 cm na lateral esquerda, 2 cm superior e inferior e 1,5 cm na lateral direita.
- (C) O endereçamento, alinhado à margem direita da página, designa quem receberá o expediente, contendo o adequado vocativo, o nome do destinatário, o cargo e o endereço.
- (D) O cabeçalho deve figurar em todas as páginas do documento, centralizadamente e no topo de cada página.
- (E) O fecho "respeitosamente" é utilizado para arrematar o texto e para saudar os destinatários, independentemente da hierarquia.

Questão 48

A Lei nº 13.303/2016 dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Com base na referida lei, é correto afirmar que uma empresa pública municipal é

- (A) entidade dotada de personalidade política e de direito público.
- (B) entidade dotada de personalidade jurídica de direito público.
- (C) entidade de economia mista.
- (D) entidade sem personalidade jurídica.
- (E) entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.

Questão 49

Assinale a alternativa que designa a ferramenta de Organização e Método na Administração Pública que sequencia o trabalho analiticamente, apresentando as operações a serem realizadas, os responsáveis que executarão as tarefas e as unidades organizacionais que estarão envolvidas no processo.

- (A) Fluxograma.
- (B) Cronograma.
- (C) Planner pessoal.
- (D) Banner.
- (E) Organograma.

Questão 50

Na redação oficial, pode-se afirmar que a existência de diversos tipos e formas de expedientes, como o ofício, o aviso e o memorando:

- (A) reflete o excesso de zelo e coesão linguística, já que cada órgão público deve criar seu próprio viés comunicativo visual e documentalmente.
- (B) resulta na falta de uniformização, impedindo a utilização de nomenclatura e diagramação únicas.
- (C) é obrigatória por força de lei.
- (D) concretiza a excelência na padronização, privilegiando a forma e a finalidade específica de cada expediente.
- (E) é obrigatória por força de Decreto da Presidência da República.

Questão 51

Em determinado órgão público, Willian trabalha no setor da contadoria acompanhado de quatro servidores. Já Letícia é lotada no setor da folha de pagamento com outros três servidores e Armando exerce suas funções no setor de saúde com mais dois servidores. Assinale abaixo a alternativa que corresponda a um caso hipotético de bom relacionamento interpessoal e contributivo para um clima organizacional saudável e produtivo.

- (A) Armando sugeriu ao seu superior hierárquico a necessidade de organizar um seminário acessível a todos os servidores do órgão público sobre a conscientização em torno do bem-estar físico, bem como emocional, dentro e fora do ambiente de trabalho.
- (B) Willian é servidor assíduo e produtivo no setor da contadoria. Com isso, costuma ser uma pessoa séria, de pouca comunicação, e não considera importante interagir com os colegas do seu setor.
- (C) Por trabalhar no setor de saúde, Armando pode compartilhar, diariamente, nos corredores da unidade organizacional, notícias acerca da saúde de outros colegas do órgão.
- (D) Um colega do setor da folha de pagamento precisou ir embora uma hora antes do horário final do expediente por motivos particulares. Letícia foi solidária e empática com a situação, inclusive se prontificando a cobrir as atividades do colega em detrimento do seu próprio trabalho.
- (E) Letícia solicitou ajuda ao colega Willian em relação a um cálculo para fixar o valor final da remuneração de determinado servidor. Willian informou que trabalha no setor da contadoria, mas que não tem o dever de auxiliar em dúvidas ou tarefas no setor da folha de pagamento. De forma gentil, Willian recomendou que Letícia procurasse a informação no "Google".

Questão 52

A Administração Pública Municipal estava com a necessidade de locar um imóvel para servir como posto de coleta e tratamento de resíduos tóxicos. Após inúmeras diligências, apurou-se que havia apenas um imóvel com características de localização e instalações condizentes com a proteção ambiental e da saúde da população. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) Como toda contratação que versa sobre proteção da saúde não exige prévia licitação pública, a Administração Pública Municipal pode locar diretamente com o proprietário do imóvel em questão.
- (B) A realização da licitação é obrigatória, por consistir em locação de alto valor e complexidade.
- (C) A locação do imóvel, nesse caso, dispensa qualquer tipo de licitação, já que o objetivo da Administração Pública é a preservação ambiental.
- (D) A Administração Pública Municipal deve lançar o edital de licitação, após o que, caso não haja concorrência, será declarado vencedor o proprietário do imóvel em questão.
- (E) A locação do imóvel, nesse caso, pode ser feita sem licitação, pois está caracterizada como hipótese de inexigibilidade.

Questão 53

Assinale a alternativa que aponta técnicas para a realização de um atendimento ao público satisfatório e com qualidade.

- (A) O conhecimento acerca do problema e a capacidade de resolvê-lo, tecnicamente, são suficientes para um atendimento satisfatório, de modo que a ausência de tranquilidade e/ou arrogância do atendente restam superadas, ao final, com a resolução da demanda.
- (B) As técnicas de cortesia e de respeito devem ser executadas no atendimento presencial e podem ser flexibilizadas ou personalizadas no atendimento via telefone.
- (C) No atendimento via telefone, destacam-se as habilidades de escuta ativa e de clareza na comunicação, dispensando-se a cordialidade devido à ausência do contato presencial.
- (D) A cortesia, a simpatia e a tranquilidade atenuam a necessidade de postura de confiança e de ética do atendente em relação ao problema apresentado pelo atendido.
- (E) No atendimento por e-mail, são importantes habilidades como o conhecimento do vernáculo e o fornecimento de respostas completas e precisas às necessidades do atendido.

Questão 54

A comunicação consiste no envio, por um emissor, de uma mensagem a um receptor. Em um ambiente organizacional, constantemente, as pessoas emitem e recebem mensagens, codificando-as, interpretando-as e dando retornos, sugestões e opiniões, ainda que não se utilizem palavras, mas a linguagem corporal, os gestos e os olhares. Acerca da comunicação assertiva, marque a opção correta.

- (A) É importante a definição de um objetivo ("o que eu quero que as pessoas entendam", "o que eu quero que as pessoas executem") quando se quer comunicar algo com clareza e assertividade.
- (B) A capacidade de escuta ativa, que consiste em prestar atenção no que o outro diz, com respeito e sem interrupções, contribui para uma comunicação respeitosa no ambiente de trabalho, mas não influencia na comunicação eficaz e assertiva.
- (C) Utilizar jargões técnicos, termos em outros idiomas e flexibilizar as regras gramaticais de concordância e de ortografia da língua portuguesa facilitam a comunicação.
- (D) O rebuscamento vocabular e a utilização de modelos complexos atraem a atenção dos receptores e, portanto, traz mais efetividade na comunicação.
- (E) No processo de comunicação interpessoal, o fluxo de envio da mensagem de um emissor a um receptor é único e direto. Não há circularidade e, com isso, não há necessidade de aprimoramento da assertividade na comunicação.

Questão 55

Assinale corretamente abaixo o documento que a lei determina ser necessário para a instrução do processo de contratação direta em caso de dispensa de licitação.

- (A) Catálogo eletrônico de padronização de serviços e obras.
- (B) Documento de notas fiscais do contratado.
- (C) Documento de parecer normativo.
- (D) Certidão de débitos fiscais.
- (E) Documento de formalização de demanda.

Questão 56

Joana, que trabalha no setor administrativo de um órgão público municipal, terá de redigir uma comunicação oficial ao Vice-Presidente da República. Assinale abaixo a forma de tratamento adequada no endereçamento e a abreviatura cabível no corpo do texto.

- (A) A Sua Excelência o Senhor / V^o Ex^a
- (B) A Sua Excelência o Senhor / V. Exa.
- (C) Ao Senhor / V^o Ex^a
- (D) Ao Senhor / V. Sa.
- (E) Ao Senhor / V. Exa.

Questão 57

Douglas, assistente administrativo, está encarregado de elaborar ofício para determinado Senador da República, a fim de convidá-lo para audiência pública com o Prefeito e o Secretário Municipal de Saúde. O vocativo que deverá ser utilizado por Douglas no documento oficial é

- (A) Caro Senador,
- (B) Vossa Excelência, Senador,
- (C) Excelentíssimo Senador,
- (D) Nobre Senhor Senador,
- (E) Senhor Senador,

Questão 58

A Administração Pública em geral e os respectivos agentes públicos redigem as comunicações oficiais e os atos normativos por meio da Redação Oficial. Constituem atributos da Redação Oficial:

- (A) padrão poliglota e subjetividade.
- (B) padronização e informalidade.
- (C) objetividade e clareza.
- (D) pessoalidade e personalidade.
- (E) prolixidade e permissividade.

Questão 59

Acerca da proteção de dados prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta.

- (A) A proteção de dados pessoais visa combater a autodeterminação informativa.
- (B) A violabilidade da intimidade, da honra e da imagem torna pleno o direito à privacidade, fortalecendo-o enquanto direito absoluto da pessoa natural.
- (C) O tratamento de dados pessoais não é da competência de pessoa natural, e sim da pessoa jurídica de direito público ou privado, a qual tem por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (D) As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e diversos princípios como, por exemplo, o princípio do livre acesso.
- (E) O tratamento de dados pessoais, exceto nos meios digitais, tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.

Questão 60

Nas licitações públicas, quando a Administração convoca regularmente o licitante vencedor, este deve assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de

- (A) acautelatar o direito à contratação.
- (B) anular o processo de licitação.
- (C) prorrogar o objeto da licitação.
- (D) prescrever o objeto da licitação.
- (E) decair o direito à contratação.

Questão 61

Dentre os diversos princípios que regem a interpretação das normas constitucionais, há um que atua perante conflitos específicos e decorrentes da possibilidade de aplicação, em tese, de diversas normas constitucionais a determinado caso concreto, cabendo ao intérprete harmonizar o desacerto entre elas. No caso, trata-se do

- (A) princípio da reserva legal.
- (B) princípio do devido processo legal.
- (C) princípio da concordância prática.
- (D) princípio da força normativa.
- (E) princípio da presunção de constitucionalidade das leis.

Questão 62

De acordo com o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto na Lei nº 8.987/1995, a chamada encampação se dá

- (A) por motivo de interesse particular.
- (B) com ou sem motivo de interesse público.
- (C) dentro ou fora do prazo da concessão.
- (D) fora do prazo da concessão.
- (E) durante o prazo da concessão.

Questão 63

No âmbito das licitações públicas, o conceito de serviços contínuos é essencial para que a Administração Pública faça uma contratação dentro dos ditames da lei. Nesse contexto, entende-se corretamente por serviço contínuo aquele

- (A) contratado pela Administração Pública para a manutenção da atividade estatal, decorrentes de necessidades básicas ou extraordinárias.
- (B) contratado pelo Poder Público para a manutenção das suas atividades, decorrentes de demandas básicas e extraordinárias.
- (C) contratado pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.
- (D) realizado pela pessoa jurídica contratada, em prol de atender os fluxos extraordinários e as necessidades fortuitas da Administração Pública.
- (E) realizado pela pessoa física contratada, em prol de atender os fluxos primários e extraordinários da Administração Pública.

Questão 64

No âmbito da execução orçamentária dos entes federados, os créditos suplementares e os créditos especiais são exemplos de

- (A) créditos extraordinários.
- (B) créditos ilimitados.
- (C) créditos informais.
- (D) créditos elementares.
- (E) créditos adicionais.

Questão 65

Determinado órgão público municipal realizou licitação cuja finalidade era a concessão de prêmio ao licitante vencedor. Considerando as diversas modalidades de licitação, é correto afirmar que

- (A) trata-se de licitação que poderia ser realizada na modalidade concurso, leilão ou concorrência, a critério do gestor público.
- (B) a licitação em questão não foi na modalidade leilão.
- (C) trata-se de licitação realizada na modalidade concurso ou leilão, a critério de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- (D) a licitação em questão não pode ter sido na modalidade concurso, mas pode ter sido na modalidade pregão.
- (E) à Administração Pública é vedado escolher a modalidade concurso ou diálogo competitivo para licitação cuja finalidade era a concessão de prêmio ao licitante vencedor.

